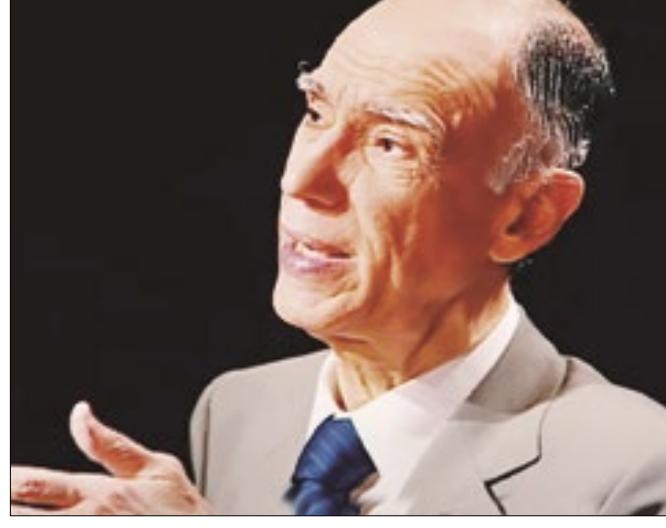


CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/TV Senado



Marco Maciel: detalhes da redemocratização

Marco Maciel: lições para um tempo de estupidez

O depoimento dado por Marco Maciel à TV Senado, que está disponível nas suas plataformas, é fundamental para todos aqueles que se interessam por política e história do Brasil. Marco Maciel deu esse depoimento a historiadores do próprio quadro do Senado há mais de 15 anos, com o compromisso de que só poderia ser publicado depois que ele

morresse. Extremamente cordato, Maciel nunca foi, porém, uma boa fonte para os jornalistas. E esse é a primeira coisa que surpreende no depoimento. Ali, ele tece detalhes importantíssimos das articulações das quais foi protagonista, no fundamental processo de redemocratização do país. E especialmente deixa uma lição para estes estúpidos tempos de polarização.

Escondidos

O depoimento mostra a importância que, em tempos extremos, têm aqueles com a capacidade de cruzar tais linhas do extremismo. Maciel conta que, em vários momentos, encontrava-se com Tancredo Neves, sempre sós, sem testemunhas e às escondidas.

Negar

"Se alguém porventura perguntasse se tínhamos nos encontrado, o compromisso de ambos era negar", conta Maciel. Os encontros costumavam acontecer no apartamento de senador que Maciel ocupava à época na quadra 309 Sul de Brasília. Ali, a ditadura começou a ruir.



Figueiredo: aceno de Geisel para os radicais

Ponto fundamental foi a escolha de Figueiredo

O ponto crucial do depoimento dado por Marco Maciel à TV Senado foi o processo de sucessão de Ernesto Geisel. O processo de abertura sofreu imensa resistência dos grupos militares mais radicais. O ponto mais grave foi a tentativa de golpe dentro do golpe dada pelo general Silvio Frota, que acabou demitido. Na en-

trevista, Maciel deixa claro que o sucessor de Geisel, João Baptista Figueiredo, não era o nome de sua preferência. Figueiredo tinha sido chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Estava, portanto, mais ligado à linha dura e não à redemocratização. Teria sido um aceno aos grupos radicais para evitar um retrocesso.

Processo

Foi a partir dessa escolha que a demolição do regime militar, porém, começou. Figueiredo chega ao final do seu governo impopular. E tenta impor Paulo Maluf como seu sucessor. As diversas resistências ao nome de Maluf pavimentaram o caminho da eleição de Tancredo.

Tancredo

Tancredo Neves venceu Maluf de lavada no Colégio Eleitoral. Foram 480 votos para ele contra apenas 180 dados a Maluf. Uma vantagem de 72,7%. A tragédia brasileira fez, porém, com que Tancredo tivesse de ser internado às pressas às vésperas da sua posse.

Maluf

Maciel conta que havia resistências a Maluf mesmo no meio militar. É aí que começam as conversas às escondidas com Tancredo. E, depois, as conversas públicas para a formação da chamada Aliança Liberal, da dissidência do PDS, que virou PFL, com o PMDB.

Grandezza

De novo, gestos de habilidade e grandeza mantiveram a redemocratização de pé. Dentro do Hospital de Base, onde Tancredo estava internado, costurou-se a posse de Sarney e se evitou que o então ministro do Exército, Walter Pires, se movimentasse para evitar a posse.

Governo tenta desarmar as 'pautas-bomba'

A maior preocupação é com a PEC do Quinquênio, no Senado

Por Gabriela Gallo

Após os últimos embates envolvendo os poderes Executivo e Legislativo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) convocou uma reunião de emergência na sexta-feira (19), com ministros e líderes do governo no Congresso, para discutir como estreitar os laços entre os poderes, especialmente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A preocupação do governo é tentar desarmar as "pautas-bomba" instaladas na Câmara e no Senado.

A reunião aconteceu após duas semanas de desavenças entre o governo e o Congresso. A sequência começou após a Câmara determinar a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. A partir daí, disseminou-se uma avaliação de que a manutenção da prisão era um sinal de enfraquecimento de Lira, uma vez que seus aliados, especialmente o nome que ele deseja para sucedê-lo na Câmara, Elmar Nascimento (União-BA), tinham trabalhado pela soltura de Brazão. Irritado com a interpretação de enfraquecimento, Lira atribuiu essa versão ao ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que, na sua avaliação, a teria espalhado. O presidente da Câmara, então, chamou Padilha de "incompetente". Lula saiu na defesa do ministro e disse que o manteria, até "por teimosia". Lira, então, começou a destravar uma série de medidas da oposição que estavam travadas na Câmara e podem causar desgaste para o governo.

"Consertinho"

Logo após a reunião com Lula, o líder do governo na Cá-



Lula preocupado com a relação com o Congresso

mara, José Guimarães (PT-CE), minimizou o desgaste com o presidente da Câmara e declarou à imprensa que o presidente pediu empenho da equipe para aprovar as pautas de interesse do governo. Segundo membros do governo, as prioridades do governo estão voltadas para as pautas econômicas, como a votação para tornar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) mais "enxuto" e a regulamentação da reforma tributária.

Questionado pela imprensa se Executivo não está em sintonia com o Legislativo, o parlamentar disse que a relação precisa de um "consertinho", na relação com Arthur Lira. "É só fazer um consertinho aqui, um consertinho acolá. Nada que atrapalhe a nossa vontade. E o presidente Lira tem tido essa vontade, de votar os projetos de interesse do país", disse.

Além do encontro com líderes do governo, o presidente Lula irá se encontrar com Arthur Lira e o também com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para alinharem os interes-

ses dos poderes. O encontro se faz necessário, já que Pacheco também tem em mãos pautas-bomba que podem prejudicar o governo, se aprovadas. Ainda não foi definida a data do encontro.

PEC do Quinquênio

A bomba no Congresso Nacional mais próxima de explodir já está prevista para ser votada nesta semana. O plenário do Senado Federal irá votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que aumenta o salário de juízes e procuradores. A expectativa inicial é que o texto, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa na última semana, seja votado nesta quinta-feira (25).

O texto gera preocupação no governo federal já que determina um aumento salarial de 5% para juízes, procuradores, promotores e demais agentes públicos do Poder Judiciário a cada cinco anos, até o máximo de 35% do salário. Dessa forma, se o texto for aprovado, ele irá gerar um impacto de R\$ 42 bilhões aos cofres públicos.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP), disse que precisam ser analisadas as questões envolvendo a justiça, mas também um cuidado fiscal.

"Há uma greve de servidores públicos que reivindicam progressão de carreira, plano de cargos e salários, realinhamento salarial. Não me parece muito adequado o Congresso sinalizar para uma matéria para o topo da carreira do funcionalismo público, enquanto não tem uma proposta para todos os servidores. Estamos num momento sensível das contas públicas, acho que todos devem estar acompanhando detalhadamente", declarou o senador.

Ainda na sexta-feira (19) o instituto República.org divulgou um manifesto contrário ao reajuste, julgando o quinquênio como um "benefício injusto". Para o instituto, o texto que circula no Congresso aumenta as desigualdades salariais já existentes entre as carreiras do funcionalismo público.

Tributária deve chegar ao Congresso, atrasada

Por Ana Paula Marques

Em uma semana que promete intensificar a agenda política, a promessa do governo é enviar ao Congresso Nacional, ainda nesta segunda-feira (22), os Projetos de Lei Complementares (PLP) que vão regulamentar a reforma tributária. Os textos, porém, chegam "atrasados" já que, na última segunda-feira (17), a Coalizão das Frentes Parlamentares, grupo que reúne 24 frentes ligadas à livre iniciativa, furo a largada e já apresentou 13 projetos diferentes de regulamentação.

Até então, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha prometendo o envio dos projetos para o Legislativo até o dia 15 de abril. Como ele resolveu adiar, os parlamentares viram uma oportunidade para encurtar o debate pela proximidade das eleições municipais de outubro. Desde o início desse ano, que o Congresso tenta adiantar as pautas para focar em seus redutos eleitorais, entretanto, quando a Emenda Constitucional foi promulgada no fim de 2023, ela previa cerca de 70 pontos que dependeriam de detalhamento posterior do Legislativo.

Além disso, o movimento dos parlamentares ocorre em meio ao desconforto com o Executivo. Os congressistas se queixam da

falta de diálogo e de sinalizações mais claras sobre quais serão os caminhos para a regulamentação da tributária sobre o consumo.

O governo terá que correr atrás do 'prejuízo' já que, como as propostas dos parlamentares já estão protocoladas. Agora, as proposições do governo terão que ser apensadas — instrumento que permite a tramitação conjunta de proposições que tratam de assuntos iguais ou semelhantes — aos projetos apresentados pelas frentes.

Vetos

Na mesma semana, o governo enfrenta outra questão: a sessão do Congresso Nacional para analisar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), está marcada para essa quarta-feira (24). Já está dada como certa a rejeição de alguns vetos do Executivo, entretanto, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou semana passada que estaria negociando com representantes do governo e lideranças do Senado Federal e da Câmara dos Deputados essas rejeições.

Randolfe já afirmou que o Planalto não abre mão do voto de R\$ 5,6 bilhões às emendas de comissão, mas existe "uma margem" para negociar. "Nós

só podemos fazer uma sessão do Congresso para apreciação de vetos que importem no aumento de despesas se tivermos a apreciação da alteração do artigo 14 do arcabouço". Ou seja, será possível apreciar os vetos com a confirmação da liberação da margem de R\$ 15 bilhões, que virá em uma mudança na Lei do Arcabouço Fiscal.

Novo DPVAT

Essa mudança virá em cima do projeto que reformula o DPVAT — e que antecipa a liberação de R\$ 15,7 bilhões em crédito ao governo. O governo articula para o texto ser analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, no plenário do Senado ainda nesta quarta-feira (24), no mesmo dia da análise de vetos presidenciais.

A proposta, sob relatoria do líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), foi aprovada na Câmara com um "jabuti" que permite ao governo antecipar crédito suplementar. Para isso, o texto propõe a abertura de crédito no caso em que haja crescimento adicional da

receita deste ano em relação ao mesmo período de 2023.

PEC do Quinquênio

Ainda na mesma semana, outro desafio para a articulação do governo será a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que recria o quinquênio para juízes e procuradores, uma espécie de bônus a cada cinco anos de carreira, um adicional de 5% que pode chegar até o limite de 35%.

De acordo com Jaques Wagner, a medida, da forma que está, pode ter impacto anual de R\$ 42 bilhões nas contas públicas, segundo informações do Ministério da Fazenda. Isso porque, o relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO) também incluiu outras categorias entre as beneficiárias, como delegados da Polícia Federal, membros da Advocacia Pública da União e da Defensoria Pública.

Eduardo Gomes, porém, garantiu que a tramitação respeitará o prazo mínimo de cinco discussões para assim o texto ser votado em plenário e que, além disso, estará aberto a fazer ajustes no plenário.



Haddad perdeu o timing na regulamentação tributária